



# Após USP, docentes e servidores da Unicamp decidem parar por reajuste

Trabalhadores das universidades estaduais pedem negociação com reitores sobre aumento

**Dirigentes querem adiar discussão; professores param na terça (27) e servidores, a partir desta sexta (23)**

DE CAMPINAS DE SÃO PAULO

A greve de trabalhadores das universidades públicas paulistas ganhou ontem (22/5) a adesão de professores e funcionários da Unicamp, que decidiram parar por tempo indeterminado.

Os docentes da universidade de Campinas (a 93 km de São Paulo) vão cruzar os braços na próxima terça (27), e os demais trabalhadores param a partir desta sexta (23).

As duas categorias são contra a decisão dos reitores das três universidades estaduais de São Paulo de não conceder reajuste salarial à categoria neste momento.

Na USP, funcionários e docentes já haviam aprovado uma paralisação total das atividades a partir de terça.

Na Unesp, onde assembleias estão sendo feitas separadamente nos 23 campi, o movimento ganhou a adesão de professores de sete unidades — como Bauru e Marília — e funcionários de dez.

De acordo com o coordenador do STU (Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp), João Raimundo Mendonça de Souza, 51, o objetivo da paralisação é mostrar que “os reitores precisam voltar à mesa de negociações e apresentar uma proposta que reponha as perdas salariais”.

Cerca de 500 funcionários e cem professores participaram das assembleias na Unicamp. Para o STU, a adesão deve ser de 70% dos servidores — com exceção da área de saúde da universidade.

A Unicamp possui hoje 2.042 docentes e 7.818 servidores, além de 34.533 alunos de graduação e pós-graduação.

## IMPASSE

A data-base para o reajuste é maio, mas o Cruesp (entidade que representa os reitores) afirma que os gastos com a folha de pagamento estão acima do aceitável.

Os dirigentes dizem que só poderão negociar a partir de setembro, após reavaliar os repasses que as universidades receberão do ICMS (leia texto nesta página).

Em nota, a reitoria da Unicamp informou que reitera as informações do Cruesp.

Segundo a assessoria da universidade, o conselho de reitores “agendou reuniões mensais de acompanhamento da arrecadação do ICMS para avaliar a situação orçamentário-financeira”.

A última greve dos docentes da Unicamp foi em 2009, quando a PM entrou no campus da USP. Os servidores pararam em 2010, por reajuste. (LUCAS SAMPAIO E ARETHA YARAK)

## ▶ E MAIS...

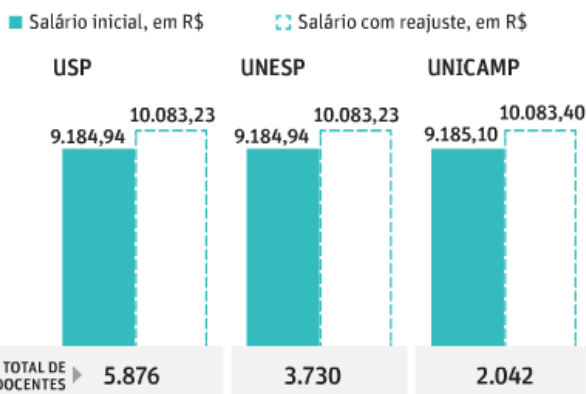
### ASSEMBLEIA DA REDE ESTADUAL SERÁ NO DIA 30

Nesse dia, os professores estaduais vão votar se entram em greve — eles querem ampliação do reajuste de 7% previsto para julho. Segundo o site da Secretaria estadual da Educação, os profissionais recebem R\$2.257,84 e passariam, com o ajuste prometido pelo governo, a ganhar R\$2.415,89 — valor 42% superior ao piso nacional da categoria, de R\$1.697.

## CARREIRA ACADÊMICA

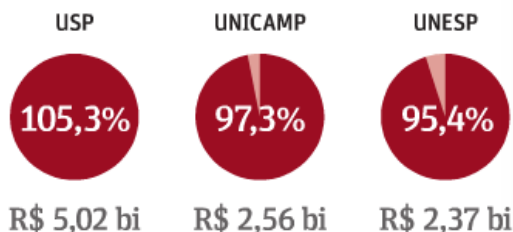
Quanto ganham e quanto querem ganhar os professores das universidades públicas de SP

### CONTRATOS DE DEDICAÇÃO INTEGRAL (40 HORAS/SEMANA)\*



### ACADEMIA NO VERMELHO

Orçamento universitário e quanto dele é gasto com salários\*\*



O que passa de 100% é custeado pela reserva estratégica (espécie de poupança) da universidade

**9,78%** é o reajuste reivindicado por sindicalistas das universidades públicas de SP

\*Professores contratados nesse regime têm doutorado e são maioria nas três instituições: USP (87%), Unicamp (92%) e Unesp (84%)

\*\*Até mai.2014 Fontes: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional do Estado de SP, Cruesp, USP, Unicamp e Unesp

## Alta em repasse custaria R\$ 2 bi a cofres do Estado

DE SÃO PAULO

O aumento no repasse do ICMS reivindicado pelos sindicatos de USP, Unesp e Unicamp significaria um custo de mais de R\$ 2 bilhões aos cofres do Estado, levando-se em conta os valores de 2014 — neste ano, serão R\$ 9,95 bilhões; em 2013, foram R\$ 8,3 bilhões.

Professores e servidores, que entram em greve unificada a partir de terça (27) por reajuste salarial de 9,78%, defendem que a quota do imposto destinada às universidades passe dos atuais 9,57% para 11,6%. O aumento, dizem, arcaria com a despesa.

Procurado, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) não informou se existe a possibilidade do aumento da quota. Segundo a **Folha** apurou, é bastante improvável que ele aumente o índice. (ARETHA YARAK)